TC-026.058/2013-8

Tomada de contas especial

Recurso de reconsideração

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pela Sra. Maria Lúcia Cardoso, ex-Secretária de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad/MG), contra o Acórdão 4.488/2015-TCU-1ª Câmara (peças 40 e 59). Por tal decisão, embora tenha afastado o débito inicialmente atribuído à recorrente, o Tribunal, entre outras medidas, julgou irregulares suas contas com base no art. 16, inciso III, alínea “b”, da Lei 8.443/92 (peça 40, p. 1).

2. Após percuciente exame dos argumentos apresentados pela ex-gestora, a Secretaria de Recursos (Serur) concluiu que *“a recorrente não logrou demonstrar a regularidade da execução do objeto conveniado/contratado”* (peça 70, p. 14). Diante disso, propôs conhecer do presente recurso de consideração para, no mérito, negar-lhe provimento (peça 70, p. 14, e peças 71 e 72).

3. Manifesto, desde já, anuência às razões que nortearam a proposta da Serur, sem prejuízo de tecer algumas considerações.

4. A TCE foi originalmente instaurada em desfavor da Sra. Maria Lúcia Cardoso em razão da falta de comprovação da regular aplicação de recursos repassados por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat n.º 35/1999.

5. Pelo referido convênio, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor), repassou recursos ao Estado de Minas Gerais, por intermédio da Setascad/MG, objetivando o *“estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor ...”* (peça 1, p. 45).

6. Para a execução do convênio, foram celebrados diversos contratos de prestação de serviços com diferentes instituições. Neste processo, apurou-se a responsabilidade por suposto débito, no valor histórico de R\$ 34.329,60, decorrente da falta de comprovação da aplicação dos recursos destinados à execução do Contrato n.º 91/1999, firmado entre o Estado de Minas Gerais, por meio da Setascad/MG, e a Associação Mineira de Paraplégicos para *“o desenvolvimento de ações de educação profissional”* (peça 1, p. 195-199).

7. Embora esta Corte de Contas tenha reconhecido que não havia método seguro para se calcular o débito de forma consistente, a falta de acompanhamento adequado da execução do contrato pela Setascad/MG – inclusive com a sua omissão frente às irregularidades comunicadas pelo instituto Lumen, contratado para avaliar as ações de educação profissional – justificou o julgamento pela irregularidade das contas da ora recorrente, conforme se depreende dos seguintes excertos do voto condutor do acórdão recorrido, nestes termos (peça 39, p. 7-8):

Por conseguinte, considero inadequada qualquer metodologia de cálculo do débito, uma vez que não há segurança nas premissas a serem adotadas.

Entretanto, não há dúvidas de que houve irregularidades na execução do contrato. Cito como evidência trechos do relatório elaborado pelo Instituto Lumen anexado aos presentes autos - módulo III - referente à avaliação da execução das ações de qualificação/requalificação profissional do PEQ/MG-99, por entidade executora (volume 39 - Associação Mineira de Paraplégicos - peça 2, p. 183-188).

(...)

De fato, a Sra. Maria Lúcia Cardoso não cumpriu com a obrigação assumida de zelar pela boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos, enquanto dirigente máxima da Setascad/MG, uma vez que a ex-gestora não designou servidores do estado para acompanhar a execução das ações de educação e não adotou providências no sentido de corrigir as irregularidades comunicadas pelo Instituto Lumen.

8. Para a condenação em débito de responsáveis arrolados nos processos apreciados pelo TCU, é necessário que a Corte de Contas disponha de elementos suficientes para precisar com segurança o prejuízo causado aos cofres públicos. Isso porque, nos termos do art. 210, § 1º, do Regimento Interno do TCU, a apuração do débito será feita mediante verificação – quando for possível quantificar com exatidão o real valor devido – ou por estimativa – quando, por meios confiáveis, apurar-se quantia que seguramente não excederia o real valor devido.

9. No entanto, a impossibilidade de condenação em débito em razão de óbices à quantificação do prejuízo por verificação ou estimativa não impede que o Tribunal julgue irregulares as contas do responsável em face de outros ilícitos comprovados no processo. Conforme se depreende do inciso III do art. 16 da Lei 8.443/92, as ocorrências que motivam o julgamento pela irregularidade das contas não se restringem àquelas ensejadoras de prejuízo exatamente quantificado.

10. Entre as hipóteses dessa natureza relacionadas naquele dispositivo legal, encontram-se, por exemplo, a “*omissão no dever de prestar contas*” e a “*prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial*”, respectivamente descritas nas alíneas “a” e “b” do referido inciso III daquele artigo 16. Outrossim, o dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, previsto na alínea “c” do mesmo inciso, ainda que não esteja precisamente quantificado na forma de débito, poderá ensejar o julgamento pela irregularidade das contas do responsável por dano não quantificável.

11. Portanto, no caso vertente, independentemente da inexistência de elementos bastantes para a quantificação do débito, as ocorrências concernentes ao acompanhamento indevido da execução do contrato foram consideradas pelo Tribunal suficientes para justificar o prosseguimento desta TCE e, após o indispensável contraditório, o julgamento pela irregularidade das contas da Sra. Maria Lúcia Cardoso. Uma vez que os argumentos ora trazidos pela recorrente também se mostram incapazes de afastar os fatos que motivaram a decisão desta Corte de Contas, não se vislumbra, nesta fase recursal e após o regular processamento desta TCE, razões para alterar o julgamento proferido pelo Tribunal por meio do Acórdão 4.488/2015-1ª Câmara.

12. Ante o exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se **de acordo** com a proposta da Serur (peça 70, p. 14, e peças 71 e 72).

(Assinado Eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador